

Sexta-Feira, 30/01/2026



POLÍTICA ANUAL DE INVESTIMENTOS

2026

Instituto de Previdência do Município de Pirapora do Bom Jesus
CNPJ: 09.055.149/0001-32
Rua Bom Jesus, nº20, Centro – Pirapora do Bom Jesus – SP CEP: 06550-009
Telefone: (11) 4131-3728



1. APRESENTAÇÃO	3
1.1. O RPPS	3
1.2. POLÍTICA DE INVESTIMENTOS	3
1.3. OBJETIVO	3
1.4. BASE LEGAL	4
1.5. VISÃO	4
1.6. PRO-DESTA	5
1.7. ESTUDO DE ALM – ASSET LIABILITY MANAGEMENT	5
2. CONTEÚDO	6
2.1. MODELO DE GESTÃO	6
2.1.1. GOVERNANÇA	6
2.1.1.1. Política de Ativos	9
2.1.1.2. CRITÉRIO ECONÔMICO	11
2.1.1.3. DIRETRIZES DE MERCADO	11
2.1.1.4. CARTILHA DE INVESTIMENTOS E CONDIÇÃO DE LIQUIDEZ	16
2.1.1.5. OBJETIVO DOS INVESTIMENTOS	19
2.1.1.6. ESTRATÉGIA DE ALOCAÇÃO PARA 2026	21
2.1.1.7. PARÂMETROS DE RENTABILIDADE PÓS-ALUCOS	16
2.1.1.8. LIMITES PARA INVESTIMENTOS EXISTENTES POR UMA MESMA PESSOA JURÍDICA	11
2.1.1.9. PREDEFINIÇÃO DOS ATIVOS	12
2.1.1.10. AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO DOS RISCOS	18
2.1.1.11. AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO RENDIMENTO DOS INVESTIMENTOS	16
2.1.1.12. VEDAÇÕES	17
2.1.1.13. PLANO DE CONTINGÊNCIA	18
2.1.1.14. PROVISÃO DE FUNDOS CONTÁBEIS	12
2.1.1.15. RESGATE DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS COM COTA NEGATIVA	12
2.1.1.16. ACOMPANHAMENTO E REVISÃO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS	13
3. TRANSPARÊNCIA	15
4. DISPOSIÇÕES FINAIS	16
5. ANEXOS	16

Instituto de Previdência do Município de Pirapora do Bom Jesus
CNPJ: 09.055.149/0001-32
Rua Bom Jesus, nº20, Centro – Pirapora do Bom Jesus – SP CEP: 06550-009
Telefone: (11) 4131-3728



1. APRESENTAÇÃO	3
1.1. O RPPS	3
1.2. POLÍTICA DE INVESTIMENTOS	3
1.3. OBJETIVO	3
1.4. BASE LEGAL	4
1.5. VISÃO	4
1.6. PRO-DESTA	5
1.7. ESTUDO DE ALM – ASSET LIABILITY MANAGEMENT	5
2. CONTEÚDO	6
2.1. MODELO DE GESTÃO	6
2.1.1. GOVERNANÇA	6
2.1.1.1. Política de Ativos	9
2.1.1.2. CRITÉRIO ECONÔMICO	11
2.1.1.3. DIRETRIZES DE MERCADO	11
2.1.1.4. CARTILHA DE INVESTIMENTOS E CONDIÇÃO DE LIQUIDEZ	16
2.1.1.5. OBJETIVO DOS INVESTIMENTOS	19
2.1.1.6. ESTRATÉGIA DE ALOCAÇÃO PARA 2026	21
2.1.1.7. PARÂMETROS DE RENTABILIDADE PÓS-ALUCOS	16
2.1.1.8. LIMITES PARA INVESTIMENTOS EXISTENTES POR UMA MESMA PESSOA JURÍDICA	11
2.1.1.9. PREDEFINIÇÃO DOS ATIVOS	12
2.1.1.10. AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO DOS RISCOS	18
2.1.1.11. AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO RENDIMENTO DOS INVESTIMENTOS	16
2.1.1.12. VEDAÇÕES	17
2.1.1.13. PLANO DE CONTINGÊNCIA	18
2.1.1.14. PROVISÃO DE FUNDOS CONTÁBEIS	12
2.1.1.15. RESGATE DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS COM COTA NEGATIVA	12
2.1.1.16. ACOMPANHAMENTO E REVISÃO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS	13
3. TRANSPARÊNCIA	15
4. DISPOSIÇÕES FINAIS	16
5. ANEXOS	16

Instituto de Previdência do Município de Pirapora do Bom Jesus
CNPJ: 09.055.149/0001-32
Rua Bom Jesus, nº20, Centro – Pirapora do Bom Jesus – SP CEP: 06550-009
Telefone: (11) 4131-3728



Esta Política de Investimentos foi elaborada em conformidade com a Resolução CMN nº 5272, de 18 de dezembro de 2025, passando a vigorar a partir de 1º de fevereiro de 2026.

1.3. OBJETIVO
A presente Política de Investimentos tem como objetivo:
I – Assegurar o equilíbrio financeiro e atuarial do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Pirapora do Bom Jesus, por meio da alocação estratégica entre ativos e passivos previdenciários;
II – Promover a manutenção da rentabilidade esperada ao longo do tempo, em conformidade com o perfil de investidor do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Pirapora do Bom Jesus e com a situação do passivo atuarial;
III – Garantir liquidez suficiente para o cumprimento temporário das obrigações previdenciárias e administrativas;
IV – Assegurar a diversidade e mitigação de riscos, evitando concentrações excessivas em ativos, setores ou classes de ativos;
V – Promover a transparência e a credibilidade nas decisões de investimento;
VI – Estabelecer critérios técnicos e éticos para a seleção, acompanhamento e avaliação de instituições financeiras, gestoras e ativos;
VII – Promover, de forma prática, a integração de fontes setoriais, sociais e de governança (ESG) nos processos de análise e decisão de investimentos;
VIII – Servir como referência normativa e operacional para o Conselho Deliberativo, Conselho de Investimentos e Conselho de Ativos do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Pirapora do Bom Jesus.
1.4. BASE LEGAL
A presente Política de Investimentos foi elaborada em conformidade com a legislação vigente: Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 5272/2025, Portaria do Ministério do Trabalho e Previdência nº 1.407/2023 e legislação municipal de n. Lei Complementar nº 219, de 27 de dezembro 2021 que dispõe sobre as aplicações dos recursos dos RPPS.
1.5. VISÃO
A vigência desta Política de Investimentos compreenderá o período de 1º de fevereiro a 31 de dezembro de 2026 e deverá ser aprovada, antes de sua implementação, pelo Conselho Deliberativo em órgão equivalente, conforme determinação do art. 3º da Resolução 5.172.

Instituto de Previdência do Município de Pirapora do Bom Jesus
CNPJ: 09.055.149/0001-32
Rua Bom Jesus, nº20, Centro – Pirapora do Bom Jesus – SP CEP: 06550-009
Telefone: (11) 4131-3728



Nos termos do §1º do art. 4º da referida Resolução, a Política poderá ser revista, justificadamente, no curso de sua execução, inclusive com vistas à adequação ao mercado ou à nova legislação.

1.6. PRO-DESTA
O Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Pirapora do Bom Jesus, está em processo de obtenção da certificação no MIV (do Pro-DESTA RPPS), evidenciando o atendimento aos requisitos essenciais relacionados à estruturação dos recursos internos, à transparência dos atos de gestão e ao atendimento das regras de comunicação com o investidor. Referida certificação, que atesta que o Instituto opera com estrutura organizacional compatível com seu porte, já se encontram implementadas procedimentos formais de governança (bem como incluído um processo) estruturado de acompanhamento contínuo da gestão.
Nesse contexto, a Política de Investimentos está fundamentada em práticas que assegurem a manutenção da liquidez e a adequada divulgação das informações e o monitoramento periódico dos resultados obtidos, em consonância com a realidade operacional e a capacidade administrativa do RPPS. A certificação no MIV reflete o compromisso da administração com a consolidação das bases de governança e ao fortalecimento do processo decisório, estabelecendo condições institucionais favoráveis para a gestão futura em direção a níveis mais elevados de maturidade e certificação.
1.7. ESTUDO DE ALM – ASSET LIABILITY MANAGEMENT
Conforme determinação do art. 2º da Resolução 5.172, com o objetivo de manter o equilíbrio econômico-financeiro entre ativos e passivos do regime, o Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Pirapora do Bom Jesus possui o Estudo de ALM, elaborado anualmente, cujo objetivo é o gerenciamento de ativos e passivos para mitigar o risco de descolamento entre o fluxo de caixa dos investimentos e as exigibilidades previdenciárias. As aplicações de recursos, especialmente aquelas que envolvam prazos de carência, descolamento ou baixo liquidez como títulos de renda fixa (títulos de curto prazo de carência), serão precedidas de uma análise rigorosa.

O Estudo de ALM a ser elaborado deverá considerar para o Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Pirapora do Bom Jesus a realidade nas condições de gestão, com as devidas considerações fundamentais: cenário econômico, cenário atuarial e ativo financeiro, com o objetivo de manter o equilíbrio de longo prazo entre o patrimônio e as obrigações futuras do regime.

A análise será conduzida a partir das seguintes etapas metodológicas:

Instituto de Previdência do Município de Pirapora do Bom Jesus
CNPJ: 09.055.149/0001-32
Rua Bom Jesus, nº20, Centro – Pirapora do Bom Jesus – SP CEP: 06550-009
Telefone: (11) 4131-3728



1. **Modelagem Atuarial:** estimativa dos fluxos de caixa previdenciários futuros, considerando dados cadastrais e premissas atuariais fornecidas pela assessoria atuarial;
2. **Modelagem Macroeconômica:** utilização de projeções de variáveis econômicas de longo prazo (taxa de juros, inflação e crescimento) com base em fontes como Banco Central, Anderson e CIMA;
3. **Modelagem de Investimentos:** projeção de rentabilidade e volatilidade esperadas para cada classe de ativos, utilizando parâmetros históricos e testes individuais de métodos;
4. **Otimização do Carteira:** aplicação da moderna teoria de portfólios de Markowitz (1952), por meio da construção da fronteira eficiente, buscando a melhor combinação de ativos para atingir a rentabilidade real necessária, com o menor risco possível e dentro dos limites regulatórios definidos pela Resolução 5.172 e pelo Portaria 1.407;
5. **Compatibilização Ativo-Passivo:** identificação entre os investimentos dos títulos públicos e os fluxos de pagamento de benefícios previdenciários, garantindo a correta alocação e mitigação do risco de liquidez.

2. CONTEÚDO
O art. 4º da Resolução 5.272, que versa sobre a Política de Investimentos, traz o seguinte texto:

Art. 4º Os recursos serão geridos de RPPS, antes de serem aplicados, deverão definir a política anual de aplicação dos recursos de forma a contemplar: (dois) –

- I – o modelo de gestão a ser adotado e, se for caso, as premissas para a contratação de prestatadores de serviços, com base no disposto no art. 21, § 5º, e no art. 24;
- II – a estratégia de alocação dos recursos entre as diversas estratégias de aplicação e as respectivas variáveis de investimento;
- III – os parâmetros de rentabilidade esperados, que deverão incluir compatibilidade com o perfil de seus obrigados, tendo em vista a necessidade de liquidez e manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial e o limite de diversificação e concentração previstos nesta Resolução;
- IV – os limites utilizados para investimentos em títulos e valores mobiliários de emissão do rodízio de uma mesma pessoa jurídica;
- V – a metodologia, os critérios e os meios de referência a serem adotados para precificação dos ativos de que trata o art. 3º.

Instituto de Previdência do Município de Pirapora do Bom Jesus
CNPJ: 09.055.149/0001-32
Rua Bom Jesus, nº20, Centro – Pirapora do Bom Jesus – SP CEP: 06550-009
Telefone: (11) 4131-3728

Publicação Oficial da Prefeitura de Pirapora do Bom Jesus, conforme Lei Municipal n. 1270, de 30 de junho de 2023.

Sexta-Feira, 30/01/2026

Publicação Oficial da Prefeitura de Pirapora do Bom Jesus, conforme Lei Municipal n. 1270, de 30 de junho de 2023.

Sexta-Feira, 30/01/2026



PIRAPORA PREV

Insatisfeito por investimentos em inteligência artificial e políticas fiscais expansionistas. No entanto, as redes fiscais e comerciais permanecem como fatores de instabilidade para o futuro próximo.

Europa – Zona do Euro de acordo com as projeções do setembro de 2025 no BCE, a inflação média pelo Índice Harmonizado da Pirapora no Consumidor (HIPC) deve ser em torno de 2,1% em 2026, sendo para 1,7% em 2025. Ou seja, a inflação esperada é de desaceleração da inflação, convergindo para níveis abaixo de 2% no médio prazo, embora precedida de custos e choques energéticos ainda representem mais. A Comissão Europeia, em suas projeções para 2025, estimou que a taxa de crescimento do PIB para a área do euro seja de cerca de 0,9% em 2025, com recuperação para 1,1% em 2026. Já o OCDE revisou sua estimativa para 2025, variando o crescimento para 1,0% da zona do euro em função de custos mais baixos das importações e taxas de juros mais baixas.

Indicadores selecionados da Zona do Euro - Atualização 2025			
Indicador	Valor / Projeção	Fonte / Observação	
Inflação (HIPC) - 2025	2,1%	Projeção do BCE (set/2025)	
Inflação (HIPC) - 2026	1,7%	Projeção do BCE (set/2025)	
PIB - Crescimento 2025	0,9%	Comissão Europeia (1,1% - OCDE 1,0% - 0,9% - 1,2%)	
PIB - Crescimento 2026	1,1%	Comissão Europeia	
Taxa de Desemprego - 2025	6,2%	Comissão Europeia	
Taxa de Desemprego - 2026	6,2%	Comissão Europeia	
Tendência da Inflação - 2025	Desaceleração em direção a meta de 2%	Redução moderada por política monetária mais restrita e normalização do custo	
Tendência da Inflação - 2026	Desaceleração em direção a meta de 2%	Desaceleração moderada por política monetária mais restrita e normalização do custo	
Tendência do Produto Interno Bruto (PIB) - 2025	Desaceleração em direção a meta de 0,9%	Desaceleração moderada por política monetária mais restrita e normalização do custo	
Tendência do Produto Interno Bruto (PIB) - 2026	Desaceleração em direção a meta de 1,1%	Desaceleração moderada por política monetária mais restrita e normalização do custo	

Assim, o cenário mais conservador hoje aponta um crescimento modesto, entre 1,0% a 1,2% em 2025, com ligeira elevação em 2026, mas ainda com risco de desaceleração e estagnação. A taxa de desemprego em julho de 2025, o desemprego permaneceu em 6,2% na zona do euro. Portanto, o cenário de trabalho da zona do euro continua relativamente estável, com desemprego estável em torno de 6,2%.

Assim, o cenário mais conservador hoje aponta um crescimento modesto, entre 1,0% a 1,2% em 2025, com ligeira elevação em 2026, mas ainda com risco de desaceleração e estagnação. A taxa de desemprego em julho de 2025, o desemprego permaneceu em 6,2% na zona do euro. Portanto, o cenário de trabalho da zona do euro continua relativamente estável, com desemprego estável em torno de 6,2%.

Instituto de Previdência do Município de Pirapora do Bom Jesus
CNPJ: 09.055.145/0001-32
Rua Bom Jesus, nº20, Centro - Pirapora do Bom Jesus - SP CEP: 06550-000
Telefone: (11) 4131-3725



PIRAPORA PREV

Entretanto, a inflação "base" (acumulado alimentos e energia) mostra alguns resquícios, mas altas moderadas, o que sugere que nem todos os setores seguem o padrão deflacionário. O país mantém uma meta oficial de crescimento "em torno de 5%" para 2025, embora as instituições internacionais revisaram suas estimativas para cima. O Banco Mundial elevou sua previsão para 2025 a 4,8% para o Brasil.

Parâmetros Econômicos do Brasil - 2025	
Indicador / Fonte	Projeção / Observação
Inflação (CPI)	Deflação registrada em agosto de 2025, o índice de preços ao consumidor caiu 0,4% (para -0,4%).
Inflação "Core"	Aumento das despesas moderadas, gerando resistência em alguns setores de economia, apesar do déficit geral.
Inflação no Produto Interno Bruto (PIB)	Em queda moderada, indicando redução da capacidade produtiva e baixa demanda interna.
Meta Oficial de Crescimento (PIB)	Meta do governo (PIB) para 2025, "em torno de 5%".
Projeção do Banco Mundial (PIB)	4,8% de crescimento projetado em 2025.
Projeção do FMI (PIB)	4,8% de crescimento projetado em 2025.
Projeção do OCDE (PIB)	4,8% de crescimento projetado em 2025.
Projeção do FMI (PIB)	4,8% de crescimento projetado em 2025.

Por fim, o CBO / CBOA projeta crescimento de 4,8% para 2025 para o Brasil, apontando fragor no setor imobiliário e instabilidade no setor de serviços. Portanto, uma taxa real para o produto de crescimento ainda após 4,8% a 4,9% para 2025. O setor imobiliário continua sendo um ponto fraco estrutural que limita o crescimento e afeta o mercado de crédito. A demanda interna está pressionada por fatores conjunturais e estruturais, o que afeta o crescimento. Em resposta, o governo ainda tem adotado medidas fiscais e monetárias moderadas para impulsionar o consumo interno, apoiar investimentos e melhorar condições no setor privado. No entanto, há riscos para o crescimento adicional, dada a crescente pressão de estagnação econômica e pressões por sustentabilidade fiscal.

Em 2025, o Brasil enfrenta um cenário econômico desafiador, marcado por projeções de crescimento moderado no Produto Interno Bruto (PIB), pressões inflacionárias persistentes e uma política monetária restrita conduzida pelo Comitê de Política Monetária (COPM). A economia brasileira continua sendo influenciada por fatores internos e externos, que exigem atenção contínua das autoridades econômicas e dos agentes do mercado.

Instituto de Previdência do Município de Pirapora do Bom Jesus
CNPJ: 09.055.145/0001-32
Rua Bom Jesus, nº20, Centro - Pirapora do Bom Jesus - SP CEP: 06550-000
Telefone: (11) 4131-3725



PIRAPORA PREV

De acordo com o Ipea, o IPCA deve ficar em 5,2% em 2025, enquanto o INPC pode atingir 4,9%. O Banco FOCUS do Banco Central, que se refere às expectativas de mercado, aponta inflação próxima de 4,8% para o final do ano. Entre os principais setores do mercado estão os preços dos serviços, combustíveis, alimentos e fatores ligados à inflação inflacionária.

Além disso, as expectativas inflacionárias para os anos seguintes seguem desacelerando, o que justifica a postura mais conservadora da política monetária. A volatilidade cambial, os impactos de eventos globais sobre a agricultura e a possibilidade de choques externos – como tensões comerciais e oscilações nos preços internacionais das commodities – aumentam as pressões inflacionárias.

Para conter a inflação e manter a sustentabilidade, o Comitê de Política Monetária (COPM) do Banco Central adotou medidas de aperto monetário em 16,0% ao ano em sua última reunião. A taxa de juros básica de juros (Selic) em 16,0% ao ano em sua última reunião, para garantir a convergência da inflação para a meta no médio prazo.

A manutenção da taxa de juros básica de juros (Selic) em 16,0% ao ano em sua última reunião, para garantir a convergência da inflação para a meta no médio prazo.



Além disso, o COPM tem monitorado atentamente o cenário internacional, especialmente os efeitos da política monetária dos Estados Unidos, a valorização do dólar e as tensões comerciais que podem afetar o desempenho interno da economia brasileira.

Em outubro de 2025, o Banco FOCUS, divulgado pelo Banco Central, revisou uma revisão para manter as expectativas de inflação para o ano. A meta das projeções para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) em 2025 caiu para 4,2%, mais pessimista em que o cenário anterior, com uma taxa de 4,0%. Essa redução reflete uma melhoria, ainda que modesta, nas perspectivas inflacionárias, embora o setor continue acima da meta oficial de 3,00%, refletindo pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), em outubro de 2025, para a inflação.

Instituto de Previdência do Município de Pirapora do Bom Jesus
CNPJ: 09.055.145/0001-32
Rua Bom Jesus, nº20, Centro - Pirapora do Bom Jesus - SP CEP: 06550-000
Telefone: (11) 4131-3725



PIRAPORA PREV

continua sendo uma das principais preocupações da política econômica brasileira em 2025. O cenário de meta definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) para o IPCA é de 5,00%, com margem de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo, ou seja, com limite superior de 6,50% e inferior de 3,50%.

Contudo, o cenário atual mostra que a inflação permanece acima da meta. Segundo o Relatório FOCUS mais recente (outubro de 2025), a mediana das expectativas do mercado para o IPCA caiu levemente para 4,72%, após semanas sendo projetado em até 5,24%. Apesar do quadro mais otimista, o índice ainda se mantém acima da meta, o que reforça a necessidade de uma política monetária restrita.

Expectativas do Mercado	
Indicador	Valor
IPC-12M (out/25)	4,72%
IPC-12M (set/25)	4,72%
IPC-12M (ago/25)	4,72%
IPC-12M (jul/25)	4,72%
IPC-12M (jun/25)	4,72%
IPC-12M (maio/25)	4,72%
IPC-12M (abr/25)	4,72%
IPC-12M (mar/25)	4,72%
IPC-12M (fev/25)	4,72%
IPC-12M (jan/25)	4,72%
IPC-12M (dez/24)	4,72%
IPC-12M (nov/24)	4,72%
IPC-12M (out/24)	4,72%
IPC-12M (set/24)	4,72%
IPC-12M (ago/24)	4,72%
IPC-12M (jul/24)	4,72%
IPC-12M (jun/24)	4,72%
IPC-12M (maio/24)	4,72%
IPC-12M (abr/24)	4,72%
IPC-12M (mar/24)	4,72%
IPC-12M (fev/24)	4,72%
IPC-12M (jan/24)	4,72%
IPC-12M (dez/23)	4,72%
IPC-12M (nov/23)	4,72%
IPC-12M (out/23)	4,72%
IPC-12M (set/23)	4,72%
IPC-12M (ago/23)	4,72%
IPC-12M (jul/23)	4,72%
IPC-12M (jun/23)	4,72%
IPC-12M (maio/23)	4,72%
IPC-12M (abr/23)	4,72%
IPC-12M (mar/23)	4,72%
IPC-12M (fev/23)	4,72%
IPC-12M (jan/23)	4,72%
IPC-12M (dez/22)	4,72%
IPC-12M (nov/22)	4,72%
IPC-12M (out/22)	4,72%
IPC-12M (set/22)	4,72%
IPC-12M (ago/22)	4,72%
IPC-12M (jul/22)	4,72%
IPC-12M (jun/22)	4,72%
IPC-12M (maio/22)	4,72%
IPC-12M (abr/22)	4,72%
IPC-12M (mar/22)	4,72%
IPC-12M (fev/22)	4,72%
IPC-12M (jan/22)	4,72%
IPC-12M (dez/21)	4,72%
IPC-12M (nov/21)	4,72%
IPC-12M (out/21)	4,72%
IPC-12M (set/21)	4,72%
IPC-12M (ago/21)	4,72%
IPC-12M (jul/21)	4,72%
IPC-12M (jun/21)	4,72%
IPC-12M (maio/21)	4,72%
IPC-12M (abr/21)	4,72%
IPC-12M (mar/21)	4,72%
IPC-12M (fev/21)	4,72%
IPC-12M (jan/21)	4,72%
IPC-12M (dez/20)	4,72%
IPC-12M (nov/20)	4,72%
IPC-12M (out/20)	4,72%
IPC-12M (set/20)	4,72%
IPC-12M (ago/20)	4,72%
IPC-12M (jul/20)	4,72%
IPC-12M (jun/20)	4,72%
IPC-12M (maio/20)	4,72%
IPC-12M (abr/20)	4,72%
IPC-12M (mar/20)	4,72%
IPC-12M (fev/20)	4,72%
IPC-12M (jan/20)	4,72%
IPC-12M (dez/19)	4,72%
IPC-12M (nov/19)	4,72%
IPC-12M (out/19)	4,72%
IPC-12M (set/19)	4,72%
IPC-12M (ago/19)	4,72%
IPC-12M (jul/19)	4,72%
IPC-12M (jun/19)	4,72%
IPC-12M (maio/19)	4,72%
IPC-12M (abr/19)	4,72%
IPC-12M (mar/19)	4,72%
IPC-12M (fev/19)	4,72%
IPC-12M (jan/19)	4,72%
IPC-12M (dez/18)	4,72%
IPC-12M (nov/18)	4,72%
IPC-12M (out/18)	4,72%
IPC-12M (set/18)	4,72%
IPC-12M (ago/18)	4,72%
IPC-12M (jul/18)	4,72%
IPC-12M (jun/18)	4,72%
IPC-12M (maio/18)	4,72%
IPC-12M (abr/18)	4,72%
IPC-12M (mar/18)	4,72%
IPC-12M (fev/18)	4,72%
IPC-12M (jan/18)	4,72%
IPC-12M (dez/17)	4,72%
IPC-12M (nov/17)	4,72%
IPC-12M (out/17)	4,72%
IPC-12M (set/17)	4,72%
IPC-12M (ago/17)	4,72%
IPC-12M (jul/17)	4,72%
IPC-12M (jun/17)	4,72%
IPC-12M (maio/17)	4,72%
IPC-12M (abr/17)	4,72%
IPC-12M (mar/17)	4,72%
IPC-12M (fev/17)	4,72%
IPC-12M (jan/17)	4,72%
IPC-12M (dez/16)	4,72%
IPC-12M (nov/16)	4,72%
IPC-12M (out/16)	4,72%
IPC-12M (set/16)	4,72%
IPC-12M (ago/16)	4,72%
IPC-12M (jul/16)	4,72%
IPC-12M (jun/16)	4,72%
IPC-12M (maio/16)	4,72%
IPC-12M (abr/16)	4,72%
IPC-12M (mar/16)	4,72%
IPC-12M (fev/16)	4,72%
IPC-12M (jan/16)	4,72%
IPC-12M (dez/15)	4,72%
IPC-12M (nov/15)	4,72%
IPC-12M (out/15)	4,72%
IPC-12M (set/15)	4,72%
IPC-12M (ago/15)	4,72%
IPC-12M (jul/15)	4,72%
IPC-12M (jun/15)	4,72%
IPC-12M (maio/15)	4,72%
IPC-12M (abr/15)	4,72%
IPC-12M (mar/15)	4,72%
IPC-12M (fev/15)	4,72%
IPC-12M (jan/15)	4,72%
IPC-12M (dez/14)	4,72%
IPC-12M (nov/14)	4,72%
IPC-12M (out/14)	4,72%
IPC-12M (set/14)	4,72%
IPC-12M (ago/14)	4,72%
IPC-12M (jul/14)	4,72%
IPC-12M (jun/14)	4,72%
IPC-12M (maio/14)	4,72%
IPC-12M (abr/14)	4,72%
IPC-12M (mar/14)	4,72%
IPC-12M (fev/14)	4,72%
IPC-12M (jan/14)	4,72%
IPC-12M (dez/13)	4,72%
IPC-12M (nov/13)	4,72%
IPC-12M (out/13)	4,72%
IPC-12M (set/13)	4,72%
IPC-12M (ago/13)	4,72%
IPC-12M (jul/13)	4,72%
IPC-12M (jun/13)	4,72%
IPC-12M (maio/13)	4,72%
IPC-12M (abr/13)	4,72%
IPC-12M (mar/13)	4,72%
IPC-12M (fev/13)	4,72%
IPC-12M (jan/13)	4,72%
IPC-12M (dez/12)	4,72%
IPC-12M (nov/12)	4,72%
IPC-12M (out/12)	4,72%
IPC-12M (set/12)	4,72%
IPC-12M (ago/12)	4,72%
IPC-12M (jul/12)	4,72%
IPC-12M (jun/12)	4,72%
IPC-12M (maio/12)	4,72%
IPC-12M (abr/12)	4,72%
IPC-12M (mar/12)	4,72%
IPC-12M (fev/12)	4,72%
IPC-12M (jan/12)	4,72%
IPC-12M (dez/11)	4,72%
IPC-12M (nov/11)	4,72%
IPC-12M (out/11)	4,72%
IPC-12M (set/11)	4,72%
IPC-12M (ago/11)	4,72%
IPC-12M (jul/11)	4,72%
IPC-12M (jun/11)	4,72%
IPC-12M (maio/11)	4,72%
IPC-12M (abr/11)	4,72%
IPC-12M (mar/11)	4,72%
IPC-12M (fev/11)	4,72%
IPC-12M (jan/11)	4,72%
IPC-12M (dez/10)	4,72%
IPC-12M (nov/10)	4,72%
IPC-12M (out/10)	4,72%
IPC-12M (set/10)	4,72%
IPC-12M (ago/10)	4,72%
IPC-12M (jul/10)	4,72%
IPC-12M (jun/10)	4,72%
IPC-12M (maio/10)	4,72%
IPC-12M (abr/10)	4,72%
IPC-12M (mar/10)	4,72%
IPC-12M (fev/10)	4,72%
IPC-12M (jan/10)	4,72%
IPC-12M (dez/09)	4,72%
IPC-12M (nov/09)	4,72%
IPC-12M (out/09)	4,72%
IPC-12M (set/09)	4,72%
IPC-12M (ago/09)	4,72%
IPC-12M (jul/09)	4,72%
IPC-12M (jun/09)	4,72%
IPC-12M (maio/09)	4,72%
IPC-12M (abr/09)	4,72%
IPC-12M (mar/09)	4,72%
IPC-12M (fev/09)	4,72%
IPC-12M (jan/09)	4,72%
IPC-12M (dez/08)	4,72%
IPC-12M (nov/08)	4,72%
IPC-12M (out/08)	4,72%
IPC-12M (set/08)	4,72%
IPC-12M (ago/08)	4,72%
IPC-12M (jul/08)	4,72%
IPC-12M (jun/08)	4,72%
IPC-12M (maio/08)	4,72%
IPC-12M (abr/08)	4,72%
IPC-12M (mar/08)	4,72%
IPC-12M (fev/08)	4,72%
IPC-12M (jan/08)	4,72%
IPC-12M (dez/07)	4,72%
IPC-12M (nov/07)	4,72%
IPC-12M (out/07)	4,72%
IPC-12M (set/07)	4,72%
IPC-12M (ago/07)	4,72%
IPC-12M (jul/07)	4,72%
IPC-12M (jun/07)	4,72%
IPC-12M (maio/07)	4,72%
IPC-12M (abr/07)	4,72%
IPC-12M (mar/07)	4,72%
IPC-12M (fev/07)	4,72%
IPC-12M (jan/07)	4,72%
IPC-12M (dez/06)	4,72%
IPC-12M (nov/06)	4,72%
IPC-12M (out/06)	4,72%
IPC-12M (set/06)	4,72%
IPC-12M (ago/06)	4,72%
IPC-12M (jul/06)	4,72%
IPC-12M (jun/06)	4,72%
IPC-12M (maio/06)	4,72%
IPC-12M (abr/06)	4,72%
IPC-12M (mar/06)	4,72%
IPC-12M (fev/06)	4,72%
IPC-12M (jan/06)	4,72%
IPC-12M (dez/05)	4,72%
IPC-12M (nov/05)	4,72%
IPC-12M (out/05)	4,72%
IPC-12M (set/05)	4,72%
IPC-12M (ago/05)	4,72%
IPC-12M (jul/05)	4,72%
IPC-12M (jun/05)	4,72%
IPC-12M (maio/05)	4,72%
IPC-12M (abr/05)	4,72%
IPC-12M (mar/05)	4,72%
IPC-12M (fev/05)	4,72%
IPC-12M (jan/05)	4,72%
IPC-12M (dez/04)	4,72%
IPC-12M (nov/04)	4,72%
IPC-12M (out/04)	4,72%
IPC-12M (set/04)	4,72%
IPC-12M (ago/04)	4,72%
IPC-12M (jul/04)	4,72%
IPC-12M (jun/04)	4,72%
IPC-12M (maio/04)	4,72%
IPC-12M (abr/04)	4,72%
IPC-12M (mar/04)	4,72%
IPC-12M (fev/04)	4,72%
IPC-12M (jan/04)	4,72%
IPC-12M (dez/03)	4,72%
IPC-12M (nov/03)	4,72%
IPC-12M (out/03)	4,72%
IPC-12M (set/03)	4,72%
IPC-12M (ago/03)	4,72%
IPC-12M (jul/03)	4,72%
IPC-12M (jun/03)	4,72%
IPC-12M (maio/03)	4,72%
IPC-12M (abr/03)	4,72%
IPC-12M (mar/03)	4,72%
IPC-12M (fev/03)	4,72%
IPC-12M (jan/03)	4,72%
IPC-12M (dez/02)	4,72%
IPC-12M (nov/02)	4,72%
IPC-12M (out/02)	4,72%
IPC-12M (set/02)	4,72%
IPC-12M (ago/02)	4,72%
IPC-12M (jul/02)	4,72%
IPC-12M (jun/02)	4,72%
IPC-12M (maio/02)	4,72%
IPC-12M (abr/02)	4,72%
IPC-12M (mar/02)	4,72%</

Sexta-Feira, 30/01/2026



PIRAPORA PREV

de 10,11% ao ano para o período. Logo, tem-se o seguinte cenário para a taxa de rentabilidade para o ano de 2026, conforme quadro a seguir:

RENTABILIDADE ESPERADA 2026	
RENDA FIXA	10,75%
RENDA VARIÁVEL	11,50%
RESTRUTURADO	10,30%
INVESTIMENTO NO EXTERIOR	20,04%

De percentual de aplicação por segmento e de perspectiva bianual de referência sendo distribuído no seguinte: Estratégia de Alocação de Recursos. O objetivo principal desta alocação é otimizar a relação risco-retorno da carteira, garantindo o crescimento da Meta Atual, com observância estrita aos princípios de segurança, solidez, liquidez e aos limites estabelecidos na legislação.

Embora o RPPS não seja, para fins de avaliação, objeto de definição do pagamento de rentabilidade, exclusivamente a Meta Atual, calculada conforme a Portaria 1.407 e Portaria MPS nº 2.010/2025, destaca-se que o Estado de Pernambuco de Pirapora do Bom Jesus (ALM) deverá constituir-se em instrumento adicional de análise, visando à avaliação da suficiência dos ativos frente às obrigações previstas no longo prazo.

2.5. LIMITES PARA INVESTIMENTOS EMITIDOS POR UMA MESMA PESSOA JURÍDICA

De limitação utilizada para investimentos em títulos e valores mobiliários de emissão ou cotização de uma mesma pessoa jurídica, sendo definidos nos regulamentos das fundações de investimento que recebem aportes no RPPS. Segundo o previsto na Resolução, para os ativos mobiliários investidos pelos fundos de investimento no âmbito do RPPS, deverá ser observada a regra de que os ativos, títulos e valores mobiliários ou os respectivos emissores sejam considerados da baixa risco de crédito, com base, entre outros critérios, na classificação atribuída por agências classificadoras de risco registrada na CVM ou reconhecida por essa entidade.

Ademais, no que se refere à aplicação de ativos em ativos financeiros de renda fixa de emissão com aplicação no contingente de investimentos financeiros fundados (Artigo 7º, inciso VI) o RPPS deverá observar as disposições da Resolução 1.272, da Portaria 1.407 e da Lei nº 6.977/08 e pautar pelos princípios de segurança, rentabilidade, solidez, liquidez e transparência.

O processo de análise desses ativos será estruturado em duas etapas:



PIRAPORA PREV

- Prévia de aplicação com avaliação de risco, comparação de taxas e condições com produtos equivalentes, análise do rating de instituições emissoras, verificação de histórico, governança e processos sancionatórios no CVM e no Banco Central;

- Pré-aplicação, com monitoramento contínuo da emissão e das condições de mercado, conforme determinação do art. 125 da Portaria 1.407.

Somente poderão ser adquiridos ativos emitidos por instituições que atendam ao disposto na Resolução 1.272, limitadas às instituições financeiras classificadas nos segmentos profissionais 01 e 02 pelo Banco Central.

A compra de produtos financeiros é obrigatória e deverá ser realizada com cotações simultâneas, em volumes equivalentes, de modo a assegurar condições justas e transparentes. O estudo prévio deverá apurar diferenças de risco e rentabilidade entre transações e segmentar, registrando-se em ata a fundamentação para a escolha. As notas de taxa dos ativos adquiridos deverão ser superiores às exigidas para fundos de crédito fixado ou pelo menos ser comparáveis às do investimento.

O prazo de vencimento dos instrumentos deve ser compatível com os compromissos atuais do regime, de forma a preservar a liquidez necessária para o pagamento da benefício em curto, médio e longo prazo e uma vez que o prazo de aplicação de investimento, se aplicado nos respectivos ativos deve ser precedido de atestado de compatibilidade, conforme indicado no item 2.7.

Ademais, a unidade gestora será responsável por manter procedimentos e controles internos formalizados, quando o monitoramento dos processos e a gestão de risco de crédito, risco e reputacional das emissoras dos ativos investidos. Essa responsabilidade deve ser documentada, assegurando conformidade regulatória e transparência nos dados do investimento.

2.6. PRECIFICAÇÃO DOS ATIVOS

O art. 143 da Portaria 1.407, traz a seguinte redação:

"Deverá ser observado o princípio e normas de contabilidade aprovadas no setor público para o registro dos valores da carteira de investimentos do RPPS, sendo por base metodologias, critérios e fontes de referência para precificação dos ativos, estabelecidas na política de investimentos, as normas da CVM e do Banco Central do Brasil e os parâmetros reconhecidos pelo mercado financeiro."

Os ativos financeiros integrantes das carteiras do RPPS poderão ser classificados nas seguintes categorias, conforme critérios previstos no Anexo VII, da Portaria 1.407.



PIRAPORA PREV

- I - disposições para negociação futura no prazo médio, ou

- II - mantidos até o vencimento;

No categoria de disposições para negociação no prazo médio, deverão ser registradas as ações, adquiridas com o propósito de serem negociadas, independentemente do prazo a decorrer da data de aquisição. Esses ativos serão mantidos e mantidos, no mínimo mensalmente, de forma a refletir o seu valor real.

No categoria de ativos mantidos até o vencimento, podem ser incluídos os ativos para os quais haja intenção e capacidade financeira do RPPS de mantê-los em carteira até o vencimento. Poderá ser realizada a reposição dos ativos da categoria de mantidos até o vencimento para o categoria de ativos disponíveis para negociação, ou vice-versa, na forma prevista no Anexo VII da Portaria 1.407.

Os títulos e valores mobiliários que integram os fundos de investimento deverão ser mantidos e valor de mercado, considerando os valores recomendados pela Comissão de Valores Mobiliários e pela ANIMA. Os títulos e valores mobiliários deverão ser mantidos para produção dos ativos do RPPS até estabelecidos em seus respectivos contratos seus prazos de amadurecimento.

Os ativos da categoria de mantidos até o vencimento deverão ser controlados pelo seu custo de aquisição, associados dos rendimentos auferidos, devendo ser classificados em seguintes padrões:

- I - demonstração da capacidade financeira do RPPS de manter os ativos até o vencimento;

- II - demonstração, de forma sequencial, das despesas geradas, de modo a manter os ativos até o vencimento;

- III - compatibilidade com o prazo e base das obrigações presentes e futuras do RPPS;

- IV - classificação contábil e contábil separada dos ativos disponíveis para negociação; e

- V - integridade de divulgação das informações relativas aos ativos adquiridos, ou impacto em outros ativos e seus respectivos procedimentos contábeis, na aplicação de atenuação da forma de precificação dos ativos.

2.7. AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO DOS RISCOS

RISCO DE MERCADO é a exposição ao valor dos ativos financeiros que possa gerar perdas decorrentes da variação de parâmetros de mercado, como taxas de juros, ações, commodities, índices de preços e indicadores econômicos de inflação, por exemplo.

33

Instituto de Previdência do Município de Pirapora do Bom Jesus
CNPJ: 08.055.145/0001-32
Rua Bom Jesus, nº20, Centro - Pirapora do Bom Jesus - SP CEP: 06550-000
Telefone: (11) 4131-3735



PIRAPORA PREV

O Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Pirapora do Bom Jesus, utiliza indicadores como Vari - Valor Atual, Volatilidade, Trajetória, Sharpe e Drawdown - para controle de Risco de Mercado, os quais podem ser verificadas nos relatórios periódicos, bem como em um relatório mensal específico para acompanhamento de risco.

RISCO DE CRÉDITO é a possibilidade de perdas no retorno de investimentos ocasionadas pela não cumprimento das obrigações financeiras por parte do investidor que emite determinado título, ou seja, o não atendimento ao prazo ou às condições negociadas e contratadas.

Somente poderão ser adquiridos ativos, dentro do investimento, classificados como de baixo risco de crédito. Esta classificação deverá ser efetuada por agência classificadora de risco registrada na CVM ou reconhecida por essa entidade.

No que tange à aplicação de investimentos pelo RPPS, o artigo 11º, inciso II e III da Resolução 1.272, refere-se à análise de emissão do título emitido, registrada no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic). Uma vez que esses dois itens são de nível de menor risco de crédito da economia brasileira, a análise quanto à classificação de risco deve ser feita caso haja necessidade.

Cabe possibilidade de investimento realizado diretamente pelo RPPS, amparado no artigo 7º, inciso VI prevê 100% (cento por cento) de aplicação em ativos financeiros de renda fixa de emissão com aplicação ou cotização de instituições financeiras brasileiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil em títulos de dívida pública ou de dívida de instituições financeiras, nos segmentos profissionais 01 e 02 pelo Banco Central.

RISCO DE LIQUIDEZ é a possibilidade de perda de capital ocasionada pela incapacidade de liquidez determinado ativo em tempo razoável sem perda de valor. Este risco surge da dificuldade de encontrar potenciais compradores do ativo em um prazo razoável ou de falta de recursos disponíveis para honrar compromissos ou obrigações contratadas.

Conforme determinação do art. 115 da Portaria 1.407, "A aplicação dos recursos do RPPS deverá observar as necessidades de liquidez do plano de benefícios e a compatibilidade dos fluxos de pagamentos dos ativos com o prazo e o montante das obrigações financeiras e atuariais do regime, presentes e futuras."



PIRAPORA PREV

A análise de crédito de títulos de valores do RPPS é realizada todos os meses, tomando como base a carteira de investimentos, posicionada no último dia do mês anterior. Porém, possíveis alterações dos dados de obrigações do regime devem considerar não só a parte dos ativos do regime, mas também os dados atuais referentes ao seu passivo.

Sendo assim e atendendo ao previsto no parágrafo primeiro do artigo 115, toda aplicação que apresente prazo para desinvestimento, inclusive para vencimento, negação, cancelamento ou cancelamento de cotas de fundos de investimento, deverá ser precedida de atestado elaborado pela unidade gestora, atestando a compatibilidade prevista no caput.

RISCO DE SOLVÊNCIA é o que decorre das obrigações do RPPS para com seus segurados e seu funcionamento. O monitoramento desse risco se dá através de análises atuais a realização de estudos para entendimento dos limites financeiros do desenvolvimento dos recursos. Quanto à gestão dos investimentos, o RPPS deverá manter, sempre, sob o seu perfil de investidor, bem como buscar obter melhores condições com os fornecedores de serviços, mantendo assim, a credibilidade do RPPS no decorrer da vida do regime.

RISCO DE SISTEMA é o risco de surgimento de uma crise do sistema entre instituições de mesmo segmento econômico que possam causar impacto no sistema que impacte o sistema financeiro no mesmo nível e ocorrência de fundos não pagos.

A análise do risco sistêmico é realizada de forma periódica pela Comissão de Investimentos, Diretoria Executiva e Comissão de Investimentos que disponibilizam informações sobre o controle interno e perspectivas de forma a mitigar potenciais riscos decorrentes de instabilidade econômica.

Riscos como de crédito e de mercado podem ser monitorados através de uma carteira diversificada, composta por ativos com diferentes níveis de risco e exposição a diferentes setores da economia. No caso, as composições de carteira devem ser diversificadas, como também o caso do Risco Sistêmico, a potencialidade de mitigação de risco a partir da diversificação de títulos, uma vez que este risco pode ser entendido como o risco de quebra do sistema como um todo e, nesse caso, o impacto recai sobre todos os ativos.

A forma de mitigar o risco sistêmico é monitorando sistematicamente períodos não contíguos de mercado, no intuito de antecipar cenários de queda e realizar o rapidamente adotar uma estratégia defensiva, adotando recursos em ativos mais conservadores. Porém, é importante salientar que em cenários extremos, existem riscos até mesmo para investimentos extremamente conservadores.

Instituto de Previdência do Município de Pirapora do Bom Jesus
CNPJ: 08.055.145/0001-32
Rua Bom Jesus, nº20, Centro - Pirapora do Bom Jesus - SP CEP: 06550-000
Telefone: (11) 4131-3735

25



PIRAPORA PREV

RISCO REPUTACIONAL decorre de todos os eventos internos e externos com capacidade de manchar ou banificar a percepção da entidade gestora perante a mídia, o público, os colaboradores e mercado como um todo. O controle desse risco será efetuado na constante vigilância das operações internas, por parte dos órgãos de controle interno do RPPS.

Os órgãos de controle, em suas reuniões periódicas, deverão debater e registrar em ata os assuntos identificados relacionados a todos os tipos de risco identificados acima. Ademais, a unidade gestora deverá emitir relatórios, em tempo oportuno e apresentá-los aos órgãos de controle interno, contendo, no mínimo:

- I - as conclusões dos exames efetuados, inclusive sobre a aderência da gestão dos recursos do RPPS às normas em vigor e à política de investimentos;

- II - as recomendações a respeito de eventuals deficiências, com estabelecimento de cronograma para seu saneamento, quando for o caso; e

- III - análise de manifestação dos responsáveis pelas responsabilidades, a respeito das deficiências apontadas em verificações anteriores, bem como análise das medidas efetivamente adotadas para saná-las.

As conclusões, recomendações, análises e manifestações deverão ser incluídas em termos hábil ao conhecimento do Conselho Deliberativo.

Conforme disposto no art. 131 da Portaria 1.407, "Caso os controles internos do RPPS se mostrem insuficientes, independentemente de qualquer decisão de determinação de parâmetros e limites de aplicação, mas dentro da política de investimentos que seguem sanados as deficiências apontadas."

2.8. AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO RETORNO DOS INVESTIMENTOS

O retorno esperado dos investimentos é determinado por meio da metodologia estabelecida para o ano, informada no item 2.4, desta Política e o acompanhamento dessa rentabilidade ocorre de forma mensal através da consolidação da carteira de investimentos realizada por sistema próprio para este fim.

A avaliação do retorno é realizada de forma contante pelo Comitê de Investimentos, que buscará a otimização da carteira investidora, ponderando sempre o perfil do investidor do RPPS e os objetivos traçados pela gestão, indicados no item 2.2.3.

Instituto de Previdência do Município de Pirapora do Bom Jesus
CNPJ: 08.055.145/0001-32
Rua Bom Jesus, nº20, Centro - Pirapora do Bom Jesus - SP CEP: 06550-000
Telefone: (11) 4131-3735

36

Publicação Oficial da Prefeitura de Pirapora do Bom Jesus, conforme Lei Municipal n. 1270, de 30 de junho de 2023.

Sexta-Feira, 30/01/2026



SECRETARIA DE
PLANEJAMENTO
E GOVERNO



SECRETARIA DE
PLANEJAMENTO
E GOVERNO



SECRETARIA DE
PLANEJAMENTO
E GOVERNO

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 002/2026 – COM BASE NO ART. 75, INCISO II DA LEI FEDERAL N.º 14.133/2021

O Município de Pirapora do Bom Jesus, em conformidade com Art. 75, inciso II – da Lei Federal n.º 14.133/2021, torna público aos interessados que a administração municipal pretende realizar a contratação de empresa para prestação de serviços de segurança desarmada e bombeiro civil, para atuar nos eventos do carnaval 2026 realizados pela secretaria municipal de cultura e turismo, podendo eventuais interessados apresentarem Proposta de Preços no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar desta Publicação, oportunidade em que a administração escolherá a mais vantajosa.

Limite para Apresentação da Proposta de Preços: 30/01/2026 ao dia 04/02/2026 ÀS 23:59 HORAS

A proposta de Preços deverá ser entregue no Setor de Compras da Prefeitura Municipal de Pirapora do Bom Jesus, sito a Praça dos Poderes Municipais, N.º 57, Centro, Pirapora do Bom Jesus, no horário de 08:00 às 16:00, em dias úteis ou pelo E-mail: Compras@piraporaodobomjesus.sp.gov.br, até a data limite. O Edital/Termo de Referência da Dispensa estará disponível no Site Oficial do Município <https://compras@piraporaodobomjesus.sp.gov.br/portal> ou através do E-mail: Compras@piraporaodobomjesus.sp.gov.br

Outras informações poderão ser obtidas pelo telefone: (11) 4131-9191

Pirapora do Bom Jesus, 30 de Janeiro de 2026.

MALENA PALAZZOLLI RIBEIRO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS



PROCESSO Nº 0006/2026

FUNDAMENTO: ART. N.º 75, INCISO II DA LEI FEDERAL N.º 14.133/2021

O MUNICÍPIO DE PIRAPORA DO BOM JESUS torna público que se acha aberto, nesta unidade, contratação direta na modalidade DISPENSA critério de julgamento **GLOBAL**, objetivando a contratação de empresa para a prestação de serviços de segurança desarmada e bombeiro civil, para atuar nos eventos do carnaval 2026, realizados pela secretaria municipal de cultura e turismo, conforme condições estabelecidas neste Termo de Referência e em conformidade com as normas sanitárias, ambientais e de segurança vigentes, nos termos **Artigo nº 75, inciso II** da Lei Federal nº 14.133/2021, e as exigências estabelecidas neste instrumento, conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos, objetivando obter a proposta mais vantajosa, observadas as datas e horários discriminados a seguir:

LIMITE PARA RECEBIMENTO DE PROPOSTA: do dia 30/01/2026 ao dia 04/02/2026 às

23:59 HORAS

REFERÊNCIA DE HORÁRIO: HORÁRIO DE BRÁSILIA-DF

ENDEREÇO ELETRÔNICO PARA ENVIO DA PROPOSTA E DOCUMENTAÇÃO:
Compras@piraporaodobomjesus.sp.gov.br

1. OBJETO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA DESARMADA E BOMBEIRO CIVIL, PARA ATUAR NOS EVENTOS DO CARNAVAL 2026 REALIZADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO.

1.2 Compõem este Edital, além das condições específicas, os seguintes documentos.

Anexo I Termo de Referência

Anexo II – Modelo de Proposta Comercial;

Anexo III – Modelo declaração conjunta;

Anexo IV – Modelo de declaração de enquadramento em regime de tributação de microempresa ou empresa de pequeno porte.

Praça dos Poderes Municipais, 57 – Centro, Tel. (11) 4131-9191
E-mail: governo@piraporaodobomjesus.sp.gov.br



2. LOCAL E RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS

As propostas, conforme o modelo Anexo II deverá ser encaminhado ao e-mail

Compras@piraporaodobomjesus.sp.gov.br indicando no assunto "Proposta – Dispensa de Valor n.º 002/2026, decisão tomada juntamente com a Declaração dos Anexos III e IV.

As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e anexos, que dele correrão integrante.

3. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes das futuras aquisições do objeto desta Contratação direta correrão à conta dos recursos provenientes do consignado no orçamento vigente das Secretarias Municipais abaixo relacionadas:

TURISMO

Dotação orçamentária: Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Ficha: 261

DR: 01.110.0000

Categoria econômica: 3.3.90.39.00

4. DO VALOR ESTIMADO

O valor global estimado para contratação será de **RS 28.900,00**

5. DA EXECUÇÃO

5.1. O prazo de vigência do contrato será de até 30 dias.

6. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

6.1 Poderão participar desta contratação direta os interessados que:

a) Atendam a todas as exigências deste edital, inclusive quanto à documentação exigida para a participação do procedimento de contratação direta;

b) Tenham objeto social pertinente e compatível com o objeto licitado.

6.2 A participação neste certame é destinada **EXCLUSIVAMENTE A MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**, nos termos do art. 48 e art. 49, inciso IV da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006

Praça dos Poderes Municipais, 57 – Centro, Tel. (11) 4131-9191
E-mail: governo@piraporaodobomjesus.sp.gov.br



6.3 A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calandário de realização da contratação direta, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados ultrapassem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

6.4 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual -MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.

6.5 Para efeitos de participação das Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte nesta contratação direta, nos termos do art. 3º, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006, são consideradas:

6.6 **Microempresa** – o empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, que aufrua, em cada ano-calandário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais).

6.7 **Empresa de Pequeno Porte** – o empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, que aufrua, em cada ano-calandário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais).

6.8 Somente será aplicado o disposto no item anterior se houver, pelo menos 03 (três) proponentes que sejam Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte participando. 6.9. As interessadas que não se enquadrem como Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte poderão enviar proposta, pois caso não haja 03 (três) Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte, será admitida a participação de todas as licitantes.

6.9 A proponente deverá declarar, sob as penas do artigo 299 do Código Penal, que se enquadra na situação de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar 123/06, bem assim, que existem fatos supervenientes que conduzam o seu desqualificação desta situação.

6.10 A declaração deverá ser substituída por quem detém poderes de representação da a participante, conforme Anexo III, ou apresentação de certidão expedida pela Junta Comercial ou todos os meios admitidos pelo ordenamento jurídico vigente.

6.11 A participação nesta contratação direta implica o reconhecimento pela a participante de que conhece, atende e se submete a todas as cláusulas e condições do presente edital, bem como as condições contidas na Lei Federal nº 14.133/2021, aplicando-se subsidiariamente a Lei Complementar 123/2006 e alterações posteriores.

6.12 Será vedada a participação de empresas:

a) aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

b) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação direta versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

c) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação direta versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

d) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação direta, impossibilitada de participar da contratação direta em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

e) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação direta ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que dele seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

f) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

g) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

h) agente público do órgão ou entidade a participante;

i) pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

j) Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

k) Não poderá participar, direta ou indiretamente, da contratação direta ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as condições que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou função

6.13 Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

6.14 Os disposto nas alíneas "b" e "c" do item 6.12 não impede a contratação direta ou contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

6.15 Em contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

6.16 A vedação de que trata a alínea "b" do item 6.12 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

6.17 A falsidade das declarações prestadas, objetivando os benefícios da Lei Complementar 123/2006, poderá caracterizar o crime de que trata o artigo 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas previstas na legislação pertinente, mediante o devido processo legal, e implicará, também, a inabilitação da a participante, se o fato vier a ser constatado durante o trâmite da contratação direta.

7. DA PROPOSTA DE PRECOCOTAÇÃO

7.1. O presente EDITAL ficará **ABERTO PELA PERÍODO DE 03 (TRÊS) DIAS ÚTEIS**, a partir da data de publicação no Site Oficial do Município e no PNCP, a proposta de Preços deverá ser entregue no Setor de Compras da Prefeitura Municipal de Pirapora do Bom Jesus, sito a Praça dos Poderes Municipais, N.º 57, Centro, Pirapora do Bom Jesus, no horário de 08:00 às 16:00, em dias úteis ou pelo E-mail: Compras@piraporaodobomjesus.sp.gov.br, até a data limite, fazendo referência ao Edital de Dispensa nº 002/2026.

7.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará, por meio eletrônico (e-mail), a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento, devendo, ainda, apresentar declaração conjunta e declaração de ME, conforme modelo constante no Anexo III e IV.

7.3. A Proposta de preço deverá ser apresentada conforme modelo constante no Anexo II deste Edital.

7.4. As propostas de preço que não estiverem em consonância com as exigências deste Edital serão desconsideradas, julgando-se pela sua desclassificação.

7.5. Os preços ofertados não poderão exceder os valores, constantes neste Edital, devendo obedecer ao valor estimado pela Administração.

7.6. A proposta de preço deverá conter os seguintes elementos:

a) razão social, número do CNPJ, inscrição estadual, endereço completo, telefone, fax e endereço eletrônico (e-mail) da empresa proponente; número do Edital e Processo de Dispensa;

b) Apresentar proposta comercial, conforme **Anexo II** deste Edital;

c) Na proposta de preços deve conter descrição cada item, marca/modelo de cada item, preço unitário dos itens, valor total de cada item e valor total da proposta, em moeda corrente nacional, em algarismo e por extenso, apurado à data de sua apresentação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária.

d) Nos preços propostos deverão estar incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: transportes, tributos de qualquer natureza e todas as despesas, diretas ou indiretas, relacionadas com o fornecimento do objeto da presente contratação direta;

e) prazo de validade da proposta de no mínimo 60 (sessenta) dias;

Publicação Oficial da Prefeitura de Pirapora do Bom Jesus, conforme Lei Municipal n. 1270, de 30 de junho de 2023.

Sexta-Feira, 30/01/2026



- f) Prazo de entrega/execução do objeto da contratação direta, conforme termo de referência anexo I do edital; data e assinatura devidamente identificadas do proponente sob a denominação ou razão social.
- g) Qualificação do representante legal da empresa que, caso vencedora, assinará contrato, se for o caso.

8. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

- 8.1. A análise das propostas pelo Departamento de Compras visará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, sendo desclassificadas as propostas:
- a) cujos preços forem superiores em relação aos valores estimados pelo órgão que autorizou a presente contratação direta;
- b) cujo preço total for simbólico ou irrisório, ou manifestamente inexequível;
- c) será considerado inexequível aquele preço cuja viabilidade não tenha sido demonstrada, quando requerido.
- 8.2. Será desconsiderada oferta ou vantagem baseada na proposta das demais participantes.
- 8.3. As propostas não desclassificadas serão selecionadas para a classificação, com observância do menor preço ofertado para o item.
- 8.4. Para efeito de seleção será considerado o **GLOBAL**.
- 8.5. A classificação se dará pela ordem crescente dos preços propostos, prevalecendo, no caso de empate, exclusivamente o critério nos termos do artigo 60 da Lei 14.133/2021.
- 8.6. Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, o Departamento de Compras procederá à solicitação dos documentos de habilitação da participante que apresentar a melhor proposta, para verificação do atendimento das condições fixadas no edital.
- 8.7. O Departamento de Compras poderá negociar com o autor da oferta de menor valor com vistas à redução do preço.
- 8.8. Após a negociação, se houver, o Departamento examinará a aceitabilidade do menor preço, decidindo motivadamente a respeito.
- 8.9. Verificado o atendimento das exigências fixadas no edital, o participante será declarado vencedor.
- 8.10. Se a oferta não for aceitável ou se a participante desastar as exigências de habilitação, o Departamento de Compras examinará as ofertas subsequentes e a qualificação das participantes, na ordem de classificação e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo o respectivo participante declarado vencedor.

Praça do Poderes Municipais, 57 – Centro, Tel. (0) 433-9191
E-mail: governo@piraporaodobomjesus.sp.gov.br



- 8.11. Se houver empate, será assegurado o exercício do direito de preferência às microempresas e empresas de pequeno porte, nos seguintes termos:
- a) Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada.
- b) A microempresa ou empresa de pequeno porte cuja proposta for mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora da fase de lances, situação em que sua proposta será declarada a melhor oferta.
- b.1) Para tanto, será convocada para exercer seu direito de preferência e apresentar nova proposta no prazo máximo de 02 (duas) horas após o encerramento de recebimento de propostas, a contar da convocação, sob pena de preclusão.
- b.2) Se houver equivalência dos valores das propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem anterior, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá exercer a preferência e apresentar nova proposta.
- b.3) Entende-se por equivalência dos valores das propostas as que apresentarem igual valor, respeitada a ordem de classificação.
- c) O exercício do direito de preferência somente será aplicado quando a melhor oferta da fase de lances não tiver sido apresentada pela própria microempresa ou empresa de pequeno porte.
- d) Não ocorrendo a contratação de microempresa ou empresa de pequeno porte, retornar-se-ão os procedimentos relativos à Disputa de contratação direta, sendo assegurado o exercício do direito de preferência na hipótese de haver participação de demais microempresas e empresas de pequeno porte.
- e) Na hipótese da não contratação da microempresa e empresa de pequeno porte, e não configurada a hipótese prevista no subitem “d” será declarada a melhor oferta proposta.
9. Constatado o atendimento dos requisitos de habilitação previstos neste Edital, a participante será habilitada e declarada vencedora.

9. HABILITAÇÃO

- 9.1. Os documentos necessários à habilitação somente serão exigidos do vencedor, ou seja, da empresa que apresentou a melhor proposta.
- 9.2. Os documentos de habilitação deverão ser enviados por e-mail no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após a convocação do Departamento de Compras.

9.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA

Praça do Poderes Municipais, 57 – Centro, Tel. (0) 433-9191
E-mail: governo@piraporaodobomjesus.sp.gov.br



- a) Registro comercial, no caso de empresa individual; ou
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais;
- c) Documentos de eleição dos atuais administradores, tratando-se de sociedades por ações, acompanhados da documentação mencionada na alínea “b”, deste subitem; ou
- d) Ato constitutivo devidamente registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, tratando-se de sociedades civis, acompanhado de prova da diretoria em exercício;

9.3. HABILITAÇÃO FISCAL E TRABALHISTA

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – (CNPJ);
- b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual (CADESP) e/ou Municipal, relativo à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;
- c) Prova de regularidade de débito referente a todos os créditos tributados e à Dívida Ativa da União (DAU), administrados pela Fazenda Nacional, expedida conjuntamente pela Secretaria de Receita Federal e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, na forma prevista na Portaria PGFN-RFB número 1.751/2014;
- d) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, relativa aos tributos incidentes sobre o objeto desta licitação, da sede ou domicílio da licitante;
- e) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), através da apresentação do Certificado de Regularidade Fiscal – CRF;
- f) Certidão de regularidade de débito para com a Justiça do Trabalho (CNDT).

9.4. HABILITAÇÃO ECONÔMICA FINANCEIRA

- a) Certidão negativa do pedido de falência.

10. DECLARAÇÕES GERAIS.

- 10.1 consistente em:
- a) nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, não foi condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista **Anexo III (declaração conjunta)**.

Praça do Poderes Municipais, 57 – Centro, Tel. (0) 433-9191
E-mail: governo@piraporaodobomjesus.sp.gov.br



- b) Declaração de superveniência de fato impeditivo para sua habilitação no certame ou redução na sua capacidade financeira, que venha a afetar as exigências contidas nesta licitação, conforme modelo **Anexo III (declaração conjunta)**.
- c) Declaração de que não se encontra inadimplente ou impedida de licitar e nem é objeto de quaisquer restrições ou notas desabonadoras no Cadastro de Fornecedores de órgãos da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal, direta ou indireta, conforme modelo **Anexo III (declaração conjunta)**.
- d) Declaração assinada pelo responsável da empresa, que não outorga trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de dezoito (18) anos, e qualquer trabalho aos menores de dezois (16) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze (14) anos, conforme **Anexo III (declaração conjunta)**.
- e) Declaração assinada pelo responsável da empresa de que sua proposta econômica compreende a integridade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme artigo 613º da Lei Federal 14.133/2021. **Anexo III (declaração conjunta)**.
- f) não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista. **Anexo III (declaração conjunta)**.
- g) cumpre as exigências de reserva de cargo para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme previsto no inciso IV, art. 63 da Lei 14.133/2021. **Anexo III (declaração conjunta)**.
- 10.2. Para fins de se valer das vantagens previstas na Lei Complementar nº 123/2006, as empresas enquadradas como microempresa ou empresa de pequeno porte, deverão apresentar declaração de enquadramento, conforme anexo IV

11. DO PAGAMENTO

- 11.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco agência e conta corrente indicados pela Contratado.
- 11.2. A Nota Fiscal/Fatura líquida deverá, obrigatoriamente, conter o mesmo CNPJ/MF da Empresa contratada e atestada pelo fiscal do contrato.
- 11.3. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

Praça do Poderes Municipais, 57 – Centro, Tel. (0) 433-9191
E-mail: governo@piraporaodobomjesus.sp.gov.br



- 11.4. Constatando-se alguma irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa.

- 11.5. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

12. DOS ESCLARECIMENTOS OU DA IMPUGNAÇÃO AO ATO CONVOCATÓRIO

- 12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido o último dia para apresentação da proposta.
- 12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em site eletrônico oficial no prazo de até 1 (um) dia útil.
- 12.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados, de forma eletrônica via e-mail no endereço eletrônico impugna@piraporaodobomjesus.sp.gov.br.
- 12.4. De forma presencial por meio de petição que não seja encaminhada à autoridade signatária do Edital, o seu protocolo poderá ser realizado no Protocolo Geral do Município, no endereço Praça dos Poderes Municipais, nº 57, Centro, Pirapora do Bom Jesus-SP.
- 12.5. A petição será instruída com os seguintes documentos e informações:
- a) cópia do ato constitutivo da pessoa jurídica impugnante, bem como de instrumento de procuração com outorga de poderes específicos para solicitar esclarecimentos, providência ou impugnação, desde que o representante em tais pedidos não conte do ato constitutivo ou de ata de eleição e/ou nomeação e/ou designação de seu representante legal;
- b) cópia do Registro Geral na Secretaria de Segurança Pública do Estado (RG) e do Cadastro de Pessoa Física no Ministério da Fazenda (CPF), caso o impugnante seja pessoa física;
- c) documentos que fundamentem os seus argumentos, desde que compreendam como necessários para a resposta do pedido formulado;
- d) cópia do comprovante de endereço completo, bem como informação do número de telefone fixo e e-mail, a fim de possibilitar a comunicação tempestiva da decisão administrativa
- 12.6. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 12.7. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.
- 12.8. Acolhida a impugnação, será definida a publicação nova data para a realização do certame.

13. DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLETAMENTO

Praça do Poderes Municipais, 57 – Centro, Tel. (0) 433-9191
E-mail: governo@piraporaodobomjesus.sp.gov.br



- 13.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- I. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo(a) gente de contratação durante o certame;
- II. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
- 1.II.I.a.1 não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 1.II.I.a.2 recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 1.II.I.a.3 pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- 1.II.I.a.4 deixar de apresentar amostra;
- 1.II.I.a.5 apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- III não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 1.II.I.a.1 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- IV apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- V fraudar a licitação
- VI comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- 1.II.I.a.1 agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- 1.II.I.a.2 induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 1.II.I.a.3 apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- VII praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- VIII praticar ato lesivo previsto no art. 3º da Lei nº 12.846, de 2013.
- 13.2. Com fulcro na Lei nº 14.133/2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- I. advertência;
- II. multa;
- III. impedimento de licitar e contratar e
- IV. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

Praça do Poderes Municipais, 57 – Centro, Tel. (0) 433-9191
E-mail: governo@piraporaodobomjesus.sp.gov.br



Sexta-Feira, 30/01/2026



13.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
V. a natureza e a gravidade da infração cometida.
VI as peculiaridades do caso concreto
VII as circunstâncias agravantes ou atenuantes
VIII os danos que dela provierem para a Administração Pública
IX a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

13.5. Para as infrações previstas nos itens I, II e III, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

13.6. Para as infrações previstas nos itens IV, V, VII e VIII a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

13.7. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

13.8. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

13.9. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens I, II

13.10. quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

13.11. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens IV, V, VII e VIII, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens I, II e III que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §9º, da Lei nº 14.133/2021.

13.12. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 0, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeito às penalidades e à indenidade pela garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/MF nº 73, de 2022.

13.13. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de



responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

13.14. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirimido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.15. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

13.16. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.17. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Poderá o Município revogar o presente Edital de Dispensa, no todo ou em parte, por conveniência administrativa e interesse público, decorrente de fato superveniente, devidamente justificado.

14.2. O Município deverá anular o presente Edital de Dispensa, no todo ou em parte, sempre que verificar ilegalidades insanáveis, de ofício ou por provocação.

14.3. A anulação do procedimento de Dispensa, não gera direito à indenização, reembolso, restituição.

14.4. Após a fase de classificação das propostas, não cabe desistência da mesma, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Município.

14.5. A empresa vencedora, na execução do contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, não poderá subcontratar os fornecimentos ou a execução dos serviços licitados pelo MUNICÍPIO.



PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAPORA DO BOM JESUS

Gregório Rodrigues Pontes Maglio

PIRAPORA DO BOM JESUS 11 DE DEZEMBRO 2025.



TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETIVO

1.1. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA DESARMADA E BOMBEIRO CIVIL, PARA ATUAR NOS EVENTOS DO CARNAVAL 2026 REALIZADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO.

2. JUSTIFICATIVA

2.1. A contratação do serviço indicado visa o atendimento da necessidade da Secretaria de Cultura e Turismo, que irá promover o evento cultural e tradicional Carnaval 2026, devido a necessidade de dar segurança às pessoas envolvidas no evento e ao público participante, cobrindo qualquer tipo de tumulto, brigas e desentendimentos.

2.2. As quantidades foram previstas de acordo com as necessidades e os valores de referência estão de acordo com os orçamentos prévios realizados junto às empresas que se encontram anexos a este termo.

3. DOS QUANTITATIVOS

3.1. Vide planilha abaixo:

Item	Quant.	Unid.	Descrição
01	18	Serv.	Seguranças certificados, identificados e uniformizados.
02	02	Serv.V.	Bombeiro Civil certificados, identificados e uniformizados.

3.2. Serviços de 18 (dezoito) seguranças devidamente uniformizados e 02 (dois) bombeiro civil das 13:00hrs às 23:00hrs e das 23:00 às 05:00 para acompanhamento e controle da integridade dos folhotes presentes no carnaval de rua e no Clube Municipal nos dias 13,14,15,16,17 de fevereiro de 2026;

4. DO RECURSO ORÇAMENTÁRIO

Os recursos necessários a presente contratação/aquisição, acham-se classificados na dotação orçamentária que se segue: 33.90.39.00 – 261 – 01.110.0000

5. DO PRAZO CONTRATUAL E DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1. O contrato vigorará nos dias 13 à 17 de fevereiro de 2026, não podendo ser prorrogado;

5.2. A licitante vencedora, deverá garantir a adequada e plena execução de todas as atividades, conforme as necessidades da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo;

5.3. Os profissionais utilizados devem ser capacitados, apresentarem-se corretamente vestidos (uniformizados), ter iniciativa, atender com presteza as solicitações e ser responsáveis para com as atividades que executam;

5.4. Os uniformes deverão ser determinados pela proponente, sendo que não serão aceitas as seguintes peças de vestuário: sandálias, chinelos, bermudas, bonés e chapéus, salvo se fizerem parte do uniforme definido para todos os prestadores de serviços que exerçam a mesma função.

5.5. A Secretaria Municipal de Cultura e Turismo solicitará que seja afastado imediatamente o profissional que não se portar convenientemente ou que não atender plenamente a execução dos serviços;

5.6. O controle de frequência dos profissionais deverá ser definido pela proponente vencedora sendo de sua responsabilidade o seu acompanhamento.

5.7. A proponente vencedora será responsabilizada por todo e qualquer dano que, por dolo ou culpa, os seus profissionais causarem à Administração ou a terceiros, sendo descontado no primeiro pagamento subsequente à ocorrência, o valor correspondente ao dano ou prejuízo causado;

5.8. A proponente vencedora deverá cumprir rigorosamente toda a legislação aplicável à execução dos serviços contratados, especialmente a legislação trabalhista, previdenciária, fiscal, de segurança e medicina do trabalho.

5.9. Por ocasião do recebimento dos serviços, a Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, por intermédio de seu Secretário, reserva-se no direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações técnicas do objeto deste termo, obrigando-se a proponente vencedora a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais;

5.10. O acite dos serviços não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade, de qualidade ou defeitos dos serviços, ou por descumprimento com as especificações estabelecidas neste termo, verificadas posteriormente;

5.11. Caso os serviços sejam recusados ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento;

5.12. Os profissionais contratados deverão se apresentar ao local do evento 1 hora antes do início, que está previsto para acontecer nos dias 13,14,15,16 e 17/02 a partir das 13:00 horas, para orientações junto ao comandante da Guarda Municipal.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. São obrigações da contratante:

6.1.1. Providenciar alimentação e água aos prestadores de serviços;

6.1.2. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre eventuais contratemplos com a prestação do serviço com 24 horas de antecedência;

6.1.3. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes da proposta aceita e ainda:

7.1.1. Efetuar a prestação dos serviços, conforme especificações, prazo e local constantes na proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal;

7.1.3. Substituir qualquer ausência de funcionário, no prazo fixado neste Termo de Referência;

7.1.4. Não será permitido no quadro de empregados da Contratada menores de 18 anos;

7.1.5. Os valores constantes na proposta deverão compreender todos os impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, taxas, seguros, deslocamento de pessoal e quaisquer outros custos ou despesas que incidam ou venham a incidir direta ou indiretamente sobre a entrega dos serviços, objeto deste termo;

7.1.6. Apresentar documentação de comprovação de credenciamento da licitante no Corpo de Bombeiros Militar do estado de SP (SSP/SP) conforme legislação vigente.

7.6.1. Os documentos exigidos neste termo deverão ser apresentados em até três dias úteis da publicação do edital e não será aceito protocolo dos mesmos.

7.6.2. O não envio dos documentos no prazo citado acima, acarretará na desclassificação imediata, desclassificação que fará com que a Agente comunique o segundo classificado e assim, sucessivamente;

7.1.7. Comunicar à Contratante, no prazo de 24 (VINTE E QUATRO) horas que antecede a data do serviço, os motivos que impossibilitem o cumprimento do mesmo, com a devida comprovação.

8. DAS RESTRIÇÕES

8.1. Não poderão participar desta concorrência:

8.1.2. Empresas que estejam em recuperação judicial ou extrajudicial, salvo as empresas que comprovarem que o plano de recuperação foi homologado pelo juízo competente;

8.1.3. Com falência decretada ou que se encontrem em concurso de credores, dissolução ou liquidação;

8.1.4. Estejam cumprindo a penalidade de suspensão temporária imposta pelo Município de Pirapora do Bom Jesus ou impedimento de contratação.

9. FORMA E PRAZO DE PAGAMENTO

9.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicado pelo contratado;

9.1.1. A Nota Fiscal/Fatura liquidada, deverá, obrigatoriamente, conter o mesmo CNPJ/MF do vendedor da contratação e atestado pelo fiscal do contrato;

9.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato;

9.3. Constatando-se alguma irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

9.4. Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual;

9.3. Não haverá sob hipótese alguma pagamento antecipado.



Publicação Oficial da Prefeitura de Pirapora do Bom Jesus, conforme Lei Municipal n. 1270, de 30 de junho de 2023.

Sexta-Feira, 30/01/2026



10. DA FORMA DE EXECUÇÃO

10.1 A empresa deverá seguir toda a discriminação do serviço solicitado, segundo todas as normas padrides exigidas pelos órgãos a qual tem a competência técnica.

10.1.1 O não cumprimento do item acima implica na não concorrência imediata.

11. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

11.1 A empresa deve ser credenciada junto ao Corpo de Bombeiros e Polícia Militar do Estado de São Paulo, especializado na prevenção e combate a incêndio e atendimentos de emergência, para atuação no "Carnaval 2026", em atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, nas quantidades, qualidades e condições descritas neste termo;

11.1.1 O não cumprimento do item acima implica no cancelamento imediato da concorrência.

12 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1 As proponentes que ensejarem o retardamento da execução do certame, não mantiverem a proposta, deixarem de entregar, ou apresentarem documentação falsa exigida neste termo, comportarem-se de modo insidioso ou cometerem fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, as seguintes sanções, sem prejuízo da reparação dos danos causados ao Município pelo infrator: a) advertência e anotação restritiva no Cadastro de Fornecedores;

12.2 O não cumprimento da execução dos serviços dentro dos prazos estabelecidos, implicará em multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor da proposta apresentada pela proponente.

12.2.1 A empresa ficará impedida de licitar e contratar junto a esta administração.

Pirapora do Bom Jesus, 12 de janeiro 2025.

Katherine Silva
Secretária Municipal de Cultura e Turismo



ANEXO II MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

Cidade, XX de XXXXXXX de XXXX

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPORA DO BOM JESUS

OBJETO : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA DESARMADA E BOMBEIRO CIVIL, PARA ATUAR NOS EVENTOS DO CARNAVAL 2026 REALIZADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO.

Item	Quant.	Unid.	Discriminação	Valor Unitário	Valor total
01				RS	RS

VALOR REFERENCIAL :

Declaro que nos preços propostos encontram-se incluídos todos os tributos, encargos sociais, frete até o destino e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o serviço do objeto da presente licitação.

Declaramos total concordância com os termos do Edital em referência, e das condições da presente licitação.



Dados do representante legal que assinará a Ata/contrato:

A empresa qualifica o Sr(a), Pessoa Física inscrita no CPF/MF nº e RG. Nº....., data de nascimento estado civil....., (cargo/função), endereço a Rua nº....., Bairro Cidade de Estado de....., com os seguintes endereços eletrônicos: e-mail 1....., e-mail 2..... para assinar a Ata/contrato, caso seja vencedora do certame.

Declaro que nos preços propostos encontram-se incluídos todos os tributos, encargos sociais, frete até o destino e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o serviço do objeto da presente licitação.

**** ASSINAR E CARIMBAR, FORMA ELETRÔNICA OU DIGITALIZAR****

Validade da Proposta: conforme edital
Condições de Pagamento: conforme edital
Prazo de entrega: conforme edital
Data e assinatura:
Nome do signatário:
Identidade:
CPE:
Endereço: E-mail:

NOME
ASSINATURA
CARIMBO DA EMPRESA



Próça do Poderes Municipais, 57 – Centro, Tel. (0) 433-9191
E-mail: governo@piraporaodobomjesus.sp.gov.br

O TRABALHO NÃO PARA!

piraporaodobomjesus
piraporaodobomjesus
piraporaodobomjesus



Próça do Poderes Municipais, 57 – Centro, Tel. (0) 433-9191
E-mail: governo@piraporaodobomjesus.sp.gov.br

O TRABALHO NÃO PARA!

piraporaodobomjesus
piraporaodobomjesus
piraporaodobomjesus



Próça do Poderes Municipais, 57 – Centro, Tel. (0) 433-9191
E-mail: governo@piraporaodobomjesus.sp.gov.br

O TRABALHO NÃO PARA!

piraporaodobomjesus
piraporaodobomjesus
piraporaodobomjesus



ANEXO III MODELO DE DECLARAÇÃO CONJUNTA

Dispensa Eletrônica nº. 002/2026

Processo Nº 0006/2026

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA DESARMADA E BOMBEIRO CIVIL, PARA ATUAR NOS EVENTOS DO CARNAVAL 2026 REALIZADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO.

AO
MUNICÍPIO DE PIRAPORA DO BOM JESUS

DECLARAÇÃO

A (nome da Empresa), sediada na (endereço completo), vem por meio desta, declarar que:

a) nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, não foi condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista (item 2.1. "g");

b) superveniência de fato impeditiva para a habilitação no certame ou redução na sua capacidade financeira, que venha a afetar as exigências contidas nesta licitação;

c) que não se encontra inadimplente ou impedida de licitar e nem é objeto de quaisquer restrições ou notas desabonadoras no cadastro de fornecedores de quaisquer órgãos da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal, direta ou indireta.;

d) que está em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII, do Artigo 7º da Constituição Federal, e, para fins do disposto no do artigo 14 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que



não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezois anos, ressalva: empresa menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz;

e) que a proposta econômica apresentada compreende integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

f) não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista.

g) cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme previsto no inciso IV, art. 63 da Lei 14.133/2021

Nome do signatário;

Cargo

Identidade:

CPE:

Carimbo da empresa



ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO EM REGIME DE TRIBUTAÇÃO DE MICRO EMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

AO
MUNICÍPIO DE PIRAPORA DO BOM JESUS

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002/2026
PROCESSO Nº 0006/2026

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA DESARMADA E BOMBEIRO CIVIL, PARA ATUAR NOS EVENTOS DO CARNAVAL 2026 REALIZADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO.

(Nome da Empresa), CNPJ/MF Nº, sediada, (Endereço Completo) Declaro (amos) para todos os fins de direito, especificamente para participação de licitação na modalidade de preço, que estou (amos) sob o regime de microempresa ou empresa de pequeno porte, para efeito do disposto na Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações posteriores.

Nome do signatário;

Cargo



Próça do Poderes Municipais, 57 – Centro, Tel. (0) 433-9191
E-mail: governo@piraporaodobomjesus.sp.gov.br

O TRABALHO NÃO PARA!

piraporaodobomjesus
piraporaodobomjesus
piraporaodobomjesus



Próça do Poderes Municipais, 57 – Centro, Tel. (0) 433-9191
E-mail: governo@piraporaodobomjesus.sp.gov.br

O TRABALHO NÃO PARA!

piraporaodobomjesus
piraporaodobomjesus
piraporaodobomjesus



Próça do Poderes Municipais, 57 – Centro, Tel. (0) 433-9191
E-mail: governo@piraporaodobomjesus.sp.gov.br

O TRABALHO NÃO PARA!

piraporaodobomjesus
piraporaodobomjesus
piraporaodobomjesus

Publicação Oficial da Prefeitura de Pirapora do Bom Jesus, conforme Lei Municipal n. 1270, de 30 de junho de 2023.

Sexta-Feira, 30/01/2026



Processo Administrativo

Ref. Memorando nº 4852/2025

Assunto: Edital de Chamamento Público SMDPS x CMDCA nº 03/2025

DECISÃO

Ratifico a decisão da Comissão de Seleção nomeada pela Portaria nº 7.274/2025 acompanhada do parecer técnico da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social e homologo o resultado do CHAMAMENTO PÚBLICO SMDPS/CMDCA nº 003/2025, determinando-se a publicação do resultado e a convocação da entidade selecionada ASSOCIAÇÃO NOVAS TRILHAS, CNPJ Nº 04.650.146/0001-33, para que no prazo de 05 (cinco) dias apresente-se para assinatura do contrato respectivo.

Publique-se. Convoque-se.

Pirapora do Bom Jesus, 29 de janeiro de 2026.

GREGÓRIO RODRIGUES PONTES MAGLIO

Prefeito Municipal

Prço do Poder Municipal, 57 – Centro, Tel. (11) 4121-9191

E-mail: gabinete@piraporaobomjesus.sp.gov.br



gabinete01@piraporaobomjesus.sp.gov.br

Pirapora do Bom Jesus-SP, 30 de janeiro de 2026

GREGÓRIO RODRIGUES PONTES MAGLIO

Prefeito Municipal



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 571F-1847-E7E8-40D9

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



JOAO BOSCO VIEIRA DA SILVA JUNIOR (CPF 124.XXX.XXX-08) em 30/01/2026 18:01:01 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://piraporadobomjesus.1doc.com.br/verificacao/571F-1847-E7E8-40D9>